

Requerimento de Informação nº , de 2003

(Do Sr. REGINALDO GERMANO)

Requer informações sobre questões relativas à reforma urbana, no âmbito do Ministério das Cidades.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª. seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado das Cidades, Olívio Dutra, o seguinte pedido de informações:

No início deste mês, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – divulgou os resultados da pesquisa "Perfil dos municípios brasileiros/2001", que trouxe dados preocupantes. Segundo a referida pesquisa, um em cada quatro municípios brasileiros possui moradores vivendo em favelas ou em loteamentos clandestinos, embora 47% das prefeituras declarem não ter qualquer programa ou ação habitacional. Entretanto, os próprios pesquisadores do IBGE acreditam que o número de residências em favelas deve ser significativamente maior, porque algumas prefeituras não repassaram dados ou sequer dispõem deles. Esse pensamento é compartilhado pelo Excelentíssimo Ministro Olívio Dutra que, ao comentar a pesquisa, disse acreditar que 85% dos municípios brasileiros já apresentam problemas relacionados à existência de favelas ou outras moradias em condições igualmente precárias.

Esse números demonstram a necessidade urgente de tomarem-se medidas relacionadas à melhoria das condições de acesso à terra urbana (e urbanizada) pela população de baixa renda. A chamada reforma urbana inclui-se (ou deve incluir-se) entre as ações de governo mais urgentes, sob pena de agravarem-se mais ainda as condições de violência urbana que hoje dominam o cenário das grandes cidades brasileiras. Isso requer um nível de investimento difícil de ser suportado somente pelo Poder Público federal, o que implica a necessidade de estabelecimento de parcerias, tanto entre as várias esferas de governo, quanto com a iniciativa privada.

O Ministério das Cidades vem anunciando, desde o início do ano, a implementação de um programa de regularização fundiária que tem por objetivo a concessão de títulos de propriedade a moradores de favelas. Com isso, pretende-se que as famílias que estejam habitando áreas passíveis de ocupação não sejam expulsas, garantindo-lhes a titulação da terra. Mais ainda, o Ministério anuncia que esse programa vai servir de ponto de partida para a implementação de ações de urbanização nas favelas, o que vai conferir melhor qualidade de vida às populações locais.

Diante do exposto, servimo-nos do presente Requerimento de Informações para inquirir:

1. Quais as medidas relacionadas com a reforma urbana empreendidas até o presente momento pelo Ministério das Cidades?
2. Quais os programas específicos do Ministério das Cidades na área da reforma urbana já estão em andamento? Pede-se informar a estimativa de famílias beneficiadas, bem como os recursos empregados até o momento e a previsão para o próximo ano, discriminando-se recursos do orçamento federal e de outras fontes.
3. Quais as parcerias estabelecidas pelo Ministério das Cidades para a implementação de ações estaduais e ou municipais na área da reforma urbana? Pede-se informar a estimativa de famílias beneficiadas, bem como os recursos empregados até o momento e a previsão para o próximo ano, discriminando-se recursos do orçamento federal e de outras fontes.

Sala das Sessões, em de de 2003.

eputado REGINALDO GERMANO